

LGBT EM FOCO: LACUNAS E DIFICULDADES

Rafaela Sales Pereira Roxo (1); Pietra Rolim Alencar Marques Costa (1)
Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. E-mail: rafaela.roxo95@gmail.com.

Resumo

Em um país culturalmente marcado por ideologias dominantes, patriarcalista e heteronormativas, a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) é um alvo recorrente dos mais diversos tipos de violências todos os dias ferindo o direito de viver com liberdade, segurança social ou pessoal e sem submissão. Diante dessa realidade, a escola tem um papel fundamental na formação cidadã dos jovens. Este trabalho teve como objetivo averiguar a abordagem da temática LGBT dentro do conteúdo de Biologia de uma escola Estadual de Ensino Médio localizada no município de João Pessoa – PB. Além disso, almejou-se analisar e comparar o Plano Político Pedagógico com as atitudes adotadas pela instituição; Identificar as lacunas de conhecimento dos alunos e professores de Biologia sobre o tema; Identificar as principais dificuldades encontradas pelos sujeitos excluídos em questão. Conclui-se, portanto, que no grupo investigado nesta pesquisa, predomina entre os jovens, ações heterossexistas que se fazem acompanhar pela rejeição de todo comportamento que destoia das “normas de gênero” por meio de atitudes, discursos e comportamentos abertamente homofóbicos. Além disso, é observado que apenas três disciplinas (Biologia, Português e Sociologia) abordam o tema Orientação Sexual. Essa falta de diálogo em sala de aula acaba por estimular a perpetuação de discursos heteronormativos e de falta de respeito ao próximo.

Palavras-chave: Ensino médio, Homofobia, Preconceito.

INTRODUÇÃO

O sistema de ensino brasileiro, assim como, a própria população brasileira enfrenta um novo desafio: lidar com a diversidade (ALBUQUERQUE; WILLIAMS, 2015). Apesar de ser um país altamente miscigenado e variado, o Brasil ainda sofre com intolerâncias e preconceitos. A ocorrência de situações onde o preconceito disfarçado está presente vem aumentando cada vez mais. Desde um simples comentário à violência física, a discriminação vem permeando e perdurando no nosso cotidiano de forma sutil – ou não. Sendo assim, “a noção de diversidade nos permite reconhecer a discussão dos debates democráticos, nos quais a luta pela diferença e pela igualdade é necessária.” (TORRES, 2010).

Em um país culturalmente marcado por ideologias dominantes, patriarcalista e heteronormativas, a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) é um alvo recorrente dos mais diversos tipos de violências todos os dias ferindo o direito de viver com liberdade, segurança social ou pessoal e sem submissão (BRASIL, 2010). De acordo com Pinto et al (2015), o assassinato de pessoas do grupo LGBT ainda é um problema com proporções aterrorizantes que reflete a fraqueza do discurso de aceitação seja pela família ou pela escola.

O acompanhamento da família no desenvolvimento pessoal e cognitivo do aluno é de suma importância visto que essa instituição dá suporte emocional e afetivo. Desta forma, o

aluno sente-se mais seguro e acolhido na jornada da construção do saber científico e do saber pessoal (DESSEN; DA COSTA POLONIA, 2007). Entretanto, a realidade é muito diferente do ideal. Os pais, ocupados com seus afazeres, muitas vezes, não frequentam ou não sabem da rotina escolar dos filhos o que, conseqüentemente, reflete o rendimento e produtividade dos alunos (DA COSTA POLONIA; DESSEN, 2005).

Arelado ao descaso familiar há a insegurança dos alunos LGBTs no ambiente escolar. Além disso, eles afirmam que não recorrem aos professores para ajudá-los em situações homofóbicas visto que os educadores não reportam essas situações (TORRES, 2007). Tornando o cenário muito além do âmbito meramente familiar e escolar, e sim, social.

Diante dessa realidade, a escola tem um papel fundamental na formação cidadã dos jovens. Segundo o artigo 2º da Lei 9.394/96 – conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -, a educação é inspirada em princípios de liberdade e solidariedade humana e tem como objetivo o desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania plena (BRASIL, 1996).

Apesar de um ambiente que, teoricamente, deve acolher, orientar e instruir, a escola ainda vivencia situações de desgaste quanto à essa temática. Em 2004, o governo federal, visando atenuar a discriminação desse grupo, implementou o Programa Brasil sem Homofobia, Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e o Projeto “Escola sem homofobia”. Entretanto, ações como seminário, debates e capacitações costumam ter um caráter mais pontual e de curto prazo o que não permitem uma continuidade ou uma mudança mais profunda no sistema educacional brasileiro. (MELLO; FREITAS; PEDROSA; BRITO, 2012).

Ainda de acordo com esses autores, há dois desafios no combate à LGBTfobia: “a desvinculação das abordagens sobre gênero e sexualidade do âmbito da saúde reprodutiva e o enfrentamento do próprio preconceito e machismo/BLTGfobia das profissionais de educação.”. Visando fornecer um caráter mais social à escola, fez-se necessário a inserção de temas transversais de maneira sistemática que abordassem os aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais. De acordo com Almeida (2006), as discussões sobre as temáticas transversais fazem parte do cotidiano dos professores brasileiros visto que o Ministério da Educação e Desporto (MEC) dispõe os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) para orientar e redirecionar o planejamento de aulas pautadas no ensinar valores éticos e morais.

Visto o cenário abordado, este trabalho tem como objetivo averiguar a abordagem da temática LGBT dentro do conteúdo de Biologia de uma escola Estadual de Ensino Médio localizada no município de João Pessoa – PB. Além disso, almeja-se analisar e comparar o

Plano Político Pedagógico com as atitudes adotadas pela instituição; Identificar as lacunas de conhecimento dos alunos e professores de Biologia sobre o tema; Identificar as principais dificuldades encontradas pelos sujeitos excluídos em questão.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Orlando Cavalcanti Gomes, localizada no município de João Pessoa - PB com turmas de Ensino Médio nos três turnos.

A abordagem metodológica utilizada no trabalho foi de caráter qualitativo, que explora o universo dos significados (MINAYO, 2001). Para Neves (1996) compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas com o objetivo de descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados do mundo social.

A fim de identificar como a escola se propunha a trabalhar o tema LGBT, foi solicitado à gestão o Plano Político Pedagógico. Por fim, visando identificar a existência da concretude entre o que é proposto pela escola e o que efetivamente ocorre, o corpo docente e discente foi questionado. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se um questionário aplicado na forma de autoaplicação (VIEIRA, 2009), onde os mesmos são entregues aos respondentes e as respostas são coletadas de forma padrão, garantindo que o entrevistador não influencie na resposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi encontrado um entrave em relação à disponibilização do Plano Político Pedagógico da Escola. Este documento é de suma importância dentro do âmbito escolar visto que ele norteia e caracteriza as atitudes, valores e crenças nos quais a escola executa e organiza seu currículo pedagógico (VEIGA, 1998). Sendo assim, acredita-se que a omissão do mesmo seja a forma mais simples de negar explicações sobre as reais concepções adotadas na instituição.

O número amostral foi de 30 alunos, das três séries do ensino médio do turno da tarde, e não houve representação docente nos questionários. Os alunos eram em sua maioria do sexo masculino (22) e tinham em média 16 anos de idade.

Em relação à questão “Você possui contato com algum indivíduo LGBT? Você é LGBT?” 18 alunos afirmaram que possuem contato com algum indivíduo LGBT e 11 afirmaram que não. Em relação à segunda questão, 50% não respondeu. Dentre os que responderam, 13 afirmaram que não são LGBT, 1 (um) respondeu que “sim” e 1 (um) respondeu que “talvez”. A ausência de respostas nesse questionamento nos mostra que ainda

há um certo receito na autoafirmação e/ou os alunos ainda estão em fase de “descoberta”. Em seu estudo sobre as pessoas que mantêm sua sexualidade velada por pressões sociais-religiosas, Da Silva e Barbosa (2016) afirmam que o ato de não se “assumir” é uma forma de manter-se “protegido” dentro de uma sociedade que os intimida, os persegue, ameaça e os pune por ser quem são. Os mesmos autores ainda afirmam que

O “sair do armário” também se revela como um fator de enfrentamento da crença de que a homossexualidade é um tema distante, supostamente longe da realidade vivenciada, como se não existisse esse “tipo de gente” próxima aos familiares (DA SILVA; BARBOS, 2016).

Quando questionados sobre incômodos causados sobre comportados específicos dos indivíduos LGBT, a maioria dos alunos (**Quadro 1**) afirmou não ter nenhum tipo de incômodo.

Quadro 1: Frequência Absoluta (F.A.) e relativa (F.R.) de alunos que se sentem incomodados com o comportamento os indivíduos LBGT.

RESPOSTA	EXEMPLOS	F.A	F.R. (%)
Não	<p>“<i>Não, porque não mexem comigo</i>” (aluno 15)</p> <p>“<i>Não, todo mundo tem direito de ser o que quiser</i>” (aluno 18)</p>	23	76,6
Sim	<p>“<i>De alguns sim, porque ficam com piadinhas</i>” (aluno 4)</p> <p>“<i>Depende da situação. Assim como alguém hetero pode me incomodar com atitudes e pensamentos "idiotas", um LGBT também pode me incomodar com certas atitudes independente da opção sexual</i>” (Aluno 27)</p>	7	23,3
		30	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A homofobia, enquanto expressão de crenças e de mecanismos urdidos pela heteronormatividade, atenta contra as expressões de gênero que não se enquadram nas “normas de gênero” (BUTLER, 2003). Aqueles e aquelas que deixam sua sexualidade invisível são aceitos, o que incomoda é vê-la exposta, marcada nos corpos. Estes transgridem a norma, desestabilizando-a no interior da escola, e ficam assim sujeitos a variadas formas de

preconceito e exclusão, já que não estão dentro da fronteira do aceitável (FAZANO; RIBEIRO; PRADO, 2011).

De acordo com Da Silva e Barbosa (2016), as instituições de ensino são as maiores produtoras/reprodutoras da homofobia internalizada pelos indivíduos homossexuais o que pode gerar as neuroses de frustração sexual, a “ideação suicida” e nos casos mais extremos a concretização do suicídio. Entretanto, ao questionar sobre a ocorrência de situações homofóbicas dentro do ambiente escolar, a maioria dos alunos (**Quadro 2**) respondeu que não há acontecimentos assim.

Quadro 2: Respostas referentes ao questionamento “Há preconceito com os LGBT na sua escola? Cite uma situação”.

RESPOSTA	EXEMPLOS	F.A.	F.R. (%)
Não		19	63,3
Sim	<p>“Tem muitos, acontece, mas não sei se é brincadeira ou é real”, “Sim, no meu ver muito chingamento” (aluno 15)</p> <p>“Sim, muitos meninos ficam com comentários do tipo: viadinho, gay e tal. Dizem que é brincadeira mas no fundo é verdade” (aluno 18)</p> <p>“Pouco. Com palavras... ‘Olha, lá vem o viado’. Não somos animal.” (aluno 24)</p>	11	36,6
		30	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Junqueira (2009) afirma que a sociedade está imersa em uma cultura que não só naturaliza a heterossexualidade como também a violência homofóbica, que por isso nem sequer é percebida como tal. Isso pode ser observado na fala de um dos alunos citada anteriormente “acontece, mas não sei se é brincadeira ou é real”, em que há dúvida quanto à identificação ou não do preconceito ao indivíduo LGBT.

Sobre a abordagem dessa temática dentro das disciplinas curriculares escolares, 21 alunos afirmaram que não possuem discussões nas aulas, e nove alunos afirmaram que já tiveram aulas sobre essa temática. Biologia, Português e Sociologia foram as únicas disciplinas citadas que trabalharam esse conteúdo. Entretanto, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN- sobre Orientação Sexual (BRASIL, 1997):

Praticamente todas as escolas trabalham o aparelho reprodutivo em Ciências Naturais. Geralmente o fazem por meio da

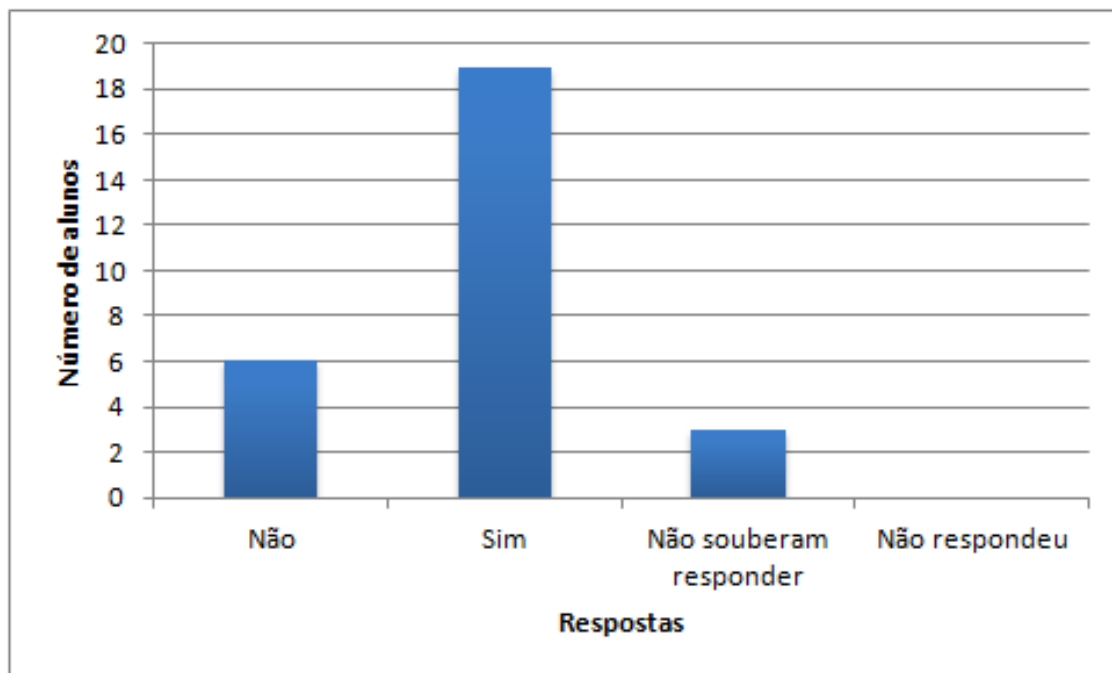
discussão sobre a reprodução humana, com informações ou noções relativas à anatomia e fisiologia do corpo humano. Essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, nem o interesse dos adolescentes, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui a dimensão da sexualidade (BRASIL, 1997).

Os resultados mostram que, além da falta de contato dos alunos com essas discussões, elas são direcionadas para o professor das Ciências Naturais que fica encarregado de apresentar uma abordagem mais biológica, o que não contempla os debates sobre sexualidade visto que abrange questões de diversas áreas como Psicologia, Antropologia, História, Sociologia e outras.

Os PCN sobre Orientação Sexual para os anos finais afirmam que a escola precisa abrir um espaço para reflexão desse tema como parte do processo de formação de toda a comunidade integrante do espaço educacional. No mesmo texto, afirma que a sexualidade é primeiramente abordada em âmbito familiar, e esses valores são levados ou não adiante pelos alunos. Não cabe à escola, portanto, substituir a função da família, mas sim, abordar os diversos pontos de vista existentes na sociedade de forma problematizadora e questionadora, para que o próprio aluno escolha seu caminho. É ressaltado que a escola deve agir apenas dentro de seus limites de ação pedagógica, sem invadir a intimidade e o comportamento de cada aluno ou professor (BRASIL, 1997).

A falta de sensibilização dos profissionais de educação para tratar dessa temática acaba por reforçar a reprodução do preconceito, pois, nem todos julgam o tema relevante e, frequentemente o evitam (MELLO; FREITAS; PEDROSA; BRITO, 2012). A fim de averiguar a existência de inclusão dos alunos LGBT dentro da escola, questionou-se sobre a necessidade de inclusão dentro do espaço escolar e meio de incluí-los. A maioria dos alunos (**Gráfico 1**) afirmaram que há necessidade de inclusão desses indivíduos. As alternativas apresentadas pelos alunos foram aulas com abordagem da temática o que enfatiza a negligência e/ou falta de interesse dos docentes em trabalhar esse tema “polêmico”. Além disso, os alunos sugeriram palestras de sensibilização, políticas de igualdade, respeitar o espaço e trabalhar o tema desde a etapa infantil. Em uma das respostas, foi identificado um discurso de ódio que dizia “*Eles merecem ser mortos, simples*” escrito por um indivíduo do sexo masculino de 15 anos de idade.

Gráfico 1: Respostas referentes ao questionamento “Esses indivíduos necessitam de inclusão no espaço escolar? Como isso pode ser feito?”.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A ação de inclusão desses indivíduos diz respeito à demanda por reconhecimento de direitos cuja garantia requer ações em diversos campos sociais e implicam transformações significativas nos sistemas de ensino, nos processos educacionais, nos ordenamentos político-institucionais, na legislação, na cultura jurídica, na mídia, no mundo do trabalho, em quase todos os níveis da vida cotidiana e nas relações interpessoais em geral (JUNQUEIRA, 2009).

Apesar da existência de políticas públicas voltadas à comunidade LGBT, uma das dificuldades enfrentadas pelos gestores escolares é fazer com que essas políticas saiam do papel e atinjam as pessoas visando pequenas mudanças no cotidiano escolar e social (MELLO; FREITAS; PEDROSA; BRITO, 2012).

Em uma escala de concordância com 5 opções, os alunos foram questionados sobre “Você acha que existe algum tipo de preconceito com a comunidade LGBT?”. 18 alunos assinalaram “Sim, com certeza”; seis assinalaram “Sim, mas não falo”; quatro assinalaram “não sei” e dois assinalaram “não”.

Pessoas dissonantes em relação às normas de gênero e à matriz heterossexual são expostos preferencialmente a uma pedagogia do insulto por meio de piadas, ridicularizações, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes e desumanizantes. As “brincadeiras” heterossexistas e homofóbicas constituem-se como poderosos mecanismos heterorreguladores de normalização, silenciamento, objetivação e exclusão que se faz seguir de invisibilização e revelação (JUNQUEIRA, 2012). Sendo assim, quando questionados sobre

o envolvimento ou proximidade das brincadeiras homofóbicas ou transfóbicas, metade dos alunos diz não participar (**Quadro 3**).

Quadro 3: Respostas referentes ao questionamento “Você costuma participar ou rir de brincadeiras homofóbicas ou transfóbicas?”.

RESPOSTA	EXEMPLOS	F.A.	F.R. (%)
Não	<p>“Não, jamais. O que eu não faço pra mim não faço para os outros”</p> <p>“Não, fui ensinado a ter respeito pelas pessoas”</p>	15	50
Sim	<p>“Sim, mas só levo na brincadeira”</p> <p>“Às vezes sim. Mas quando a brincadeira ficar muito pesada eu paro e falo que isso é errado que nós somos todos iguais.”</p> <p>“Sim, mas quando é no ato de não preconceituar”</p>	15	50
		30	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Ainda para Junqueira (2012), tais “brincadeiras” ora camuflam ora explicitam injúrias e insultos, que são jogos de poder que marcam a consciência, inscrevem-se no corpo e na memória da vítima e moldam pedagogicamente suas relações com o mundo.

Na questão “O que você faria se presenciasse uma situação de homofobia e/ou transfobia?”, 4 alunos afirmaram não saber o que fazer, 12 afirmaram não tomar uma atitude como observado nas respostas: “Não me envolveria” e “Ia ficar olhando”, e 14 alunos afirmaram tomar uma posição, como observado nas respostas: “Iria interferir e tentar ajudar, pois se fosse comigo, eu queria ajuda” e “Eu tentaria responder na paz e no diálogo, sem prejudicar ou afetar ninguém”. Em uma das respostas sobre tomar uma posição, foi identificado mais uma vez um discurso de ódio pelo mesmo aluno citado anteriormente. A resposta era “Eu ajudaria o indivíduo a praticar o ato homofóbico”.

Santos e Ornat (2014) afirmam que “o espaço escolar pode ser identificado como um gerador de possibilidades sociais, nas quais as pessoas projetam suas histórias de vida”. Ainda para esses autores, por ser constituído de relação entre seus sujeitos, este espaço viabiliza que os alunos e alunas interiorizem símbolos que são construídos dentro deste espaço, e que refletem uma história, realidade cultural e social, discursos e vivências. Estes símbolos correspondem a um pensamento heterossexual em detrimento de um pensamento

homossexual, contribuindo para gerar compreensões que consideram a homossexualidade enquanto anormal, ou desviante do padrão de sexualidade.

A partir destas construções podem emergir situações homofóbicas, caracterizado por ações de hostilização a estes grupos, identificado em piadas e até situações de violência, que pode contar com apoio de outros como identificado na fala do aluno “Eu ajudaria o indivíduo a praticar o ato homofóbico”. Além disso, também existe a abstenção de posicionamento diante da situação. Erbisti (2011) afirma que aceitar a heteronormatividade também inibe a afirmação de apoio às minorias, permitindo a permanência de práticas homofóbicas e outras formas de discriminação.

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que no grupo investigado nesta pesquisa, predomina entre os jovens, ações heterossexistas que se fazem acompanhar pela rejeição de todo comportamento que destoia das “normas de gênero” por meio de atitudes, discursos e comportamentos abertamente homofóbicos. Além disso, é observado que apenas três disciplinas (Biologia, Português e Sociologia) abordam o tema Orientação Sexual. Essa falta de diálogo em sala de aula acaba por estimular a perpetuação de discursos heteronormativos e de falta de respeito ao próximo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P.; WILLIAMS, L. C. A..Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p.1-12, set. 2015.

ALMEIDA, T. J. B. Abordagem dos temas transversais nas aulas de ciências do ensino fundamental, no distrito de Arembepe, município de Camaçari-BA. **Candombá–Revista Virtual**, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

_____. (2010). **Política Nacional de Direitos Humanos**. Brasília, Distrito Federal, Brasil: SEDH/PR.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUTLER, J..**Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DA COSTA POLONIA, A.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia escolar e educacional**, v. 9, n. 2, 2005.

DA SILVA, L. V.; BARBOSA, B. R. S. N. Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa. **Estudos de religião**, v. 30, n. 3, p. 129-154, 2016.

DESSEN, M. A.; DA COSTA POLONIA, A. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, 2007.

ERBISTI, M. S. Homofobia: a sexualidade na escola, preconceito explícito ou velado? Brasília, 2011, 46 p.

FAZANO, L. C.; RIBEIRO, A. I. M.; PRADO, V. M. Homofobia na escola: o discurso indiferente ao aluno diferente. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 10, n. 2, 2011.

JUNQUEIRA, R. D. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Revista Educação On-line PUC-Rio**, n. 10, p. 64-83, 2012.

_____, R. D. **Diversidade sexual e homofobia**: a escola tem tudo a ver com isso. In: XAVIER FILHA, C. (Org.). Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual. Campo Grande: UFMS, 2009c, pp. 111-142.

MELLO, L.; FREITAS, F. ; PEDROSA, C. ; BRITO, W.. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. Bagoas : **Revista de Estudos Gays**, v. 7, p. 99-122, 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p 22-25.

PINTO, F. R. M. et al. O ódio do “macho”: panorama dos homicídios de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. In: congresso internacional em estudos culturais, 5., 2016, Portugal. **Gênero, direitos humanos e ativismos**. Portugal: Grácio Editor, 2016. v. 1, p. 248 - 254.

SANTOS, A. E. C.; ORNAT, M. J. Espaço escolar, homossexualidades e homofobia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 18, n.2, p. 97-108, 2014.

TORRES, M. A. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola**. Autêntica, 2017. Disponível em: <<https://books.google.com.br/>> Acesso em: 19 Nov. 2017.

_____, M. A. Direitos humanos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, Travestis e transexuais) na educação e as lógicas Heterossexistas. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 9, p. 01-10, 2010.

VEIGA, I. P. A.; DE RESENDE, L. M. G. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Papirus Editora, 1998.

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009, p 18.